



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA
CAMPUS LARANJEIRAS**

Gardênia Santos Lima

Aplicação de métodos da Antropologia Forense na Arqueologia: contribuições para a análise da violência em populações indígenas do passado no Brasil

LARANJEIRAS/SE

2026

Gardênia Santos Lima

Aplicação de métodos da Antropologia Forense na Arqueologia: contribuições para a análise da violência em populações indígenas do passado no Brasil

Artigo apresentado ao curso de Bacharelado em Arqueologia do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Arqueologia.

Orientadora: Profa. Dra. Olívia Alexandre de Carvalho

LARANJEIRAS-SE

2026

Aplicação de métodos da Antropologia Forense na Arqueologia: contribuições para a análise da violência em populações indígenas do passado no Brasil

Gardênia Santos Lima

RESUMO

Este artigo oferece uma revisão da literatura sobre a aplicação de métodos da Antropologia Forense em contextos arqueológicos no Brasil, concentrando-se na identificação e interpretação de indícios de violência em populações indígenas do passado. A colaboração entre Arqueologia e Antropologia Forense tem auxiliado na análise de traumas ósseos, permitindo diferenciar lesões causadas por processos tafonômicos, acidentes ou incidentes de violência interpessoal. Do ponto de vista metodológico, o estudo se fundamenta em uma revisão bibliográfica conduzida em bases acadêmicas, compilando pesquisas que discutem métodos forenses utilizados na análise de remanescentes humanos em contextos arqueológicos. A discussão se destaca como métodos da Antropologia Forense, como a identificação de fraturas antemortem, perimortem e postmortem, contribuem para a análise de traumas e a reconstrução de possíveis conflitos entre grupos indígenas no passado. Como contribuição, o estudo evidencia o potencial interdisciplinar entre Arqueologia e Antropologia Forense, enfatizando a importância da aplicação desses métodos para um maior rigor interpretativo das evidências de violência no registro arqueológico brasileiro, além de destacar a necessidade de ampliar pesquisas nessa área.

Palavras-chave: Antropologia Forense; Arqueologia brasileira; violência em populações indígenas; Bioarqueologia; trauma.

ABSTRACT

This article offers a literature review on the application of Forensic Anthropology methods in archaeological contexts in Brazil, focusing on the identification and interpretation of evidence of violence in past indigenous populations. The collaboration between Archaeology and Forensic Anthropology has aided in the analysis of bone trauma, allowing for the differentiation of injuries caused by taphonomic processes, accidents, or incidents of interpersonal violence. From a methodological point of view, the study is based on a literature review conducted in academic databases, compiling research that discusses forensic methods used in the analysis of human remains in archaeological contexts. The discussion highlights how methods of Forensic Anthropology, such as the identification of antemortem, perimortem, and postmortem

fractures, contribute to the analysis of trauma and the reconstruction of possible conflicts between indigenous groups in the past.

As a contributions, the study highlights the interdisciplinary potencial between Archaeology and Forensic Anthropology, emphasizing the importante of applying these methods for greater interpretative rigor of evidence of violence in the Brazilian archaeological record, in addition to highlighting the need to expand research in this area.

KEYWORDS: Forensic Anthropology; Brazilian Archaeology; violence in indigenous populations; Bioarchaeology; trauma.

1 INTRODUÇÃO

A temática da violência em sociedades humanas é um fenômeno que vem de tempos antigos. Nesse viés, a área da Arqueologia se interessa em compreender essa temática por meio da análise da cultura material deixada por essas populações e que reflete na compreensão dos fatores da organização social, comportamental, relações e conflitos intergrupais, entre outros.

Todavia, identificar e interpretar evidências de violência no registro arqueológico constitui um grande desafio no tocante às metodologias que distinguem lesões decorrentes de processos tafonômicos, acidentes diários ou intencionais, pois a presença de fraturas e marcas nos ossos não são fatores únicos para caracterizar registro de violência.

Assim, a Antropologia Forense se alia à Arqueologia oferecendo métodos e técnicas voltados para análise de restos humanos. Possibilitando assim, a identificação de traumas ósseos, a diferenciação entre lesões antemortem, perimortem e postmortem.

Para tanto, o artigo está organizado em seções que abordam o referencial teórico, onde são conceituadas a Arqueologia e Antropologia Forense, métodos e técnicas forenses aplicadas à Arqueologia, violência em populações indígenas do passado no Brasil, Arqueologia da violência e as características das fraturas ósseas e por último as considerações finais.

O presente estudo tem como objetivo geral avaliar como a aplicação de métodos da Antropologia Forense pode auxiliar a Arqueologia na análise de evidências de violência em populações indígenas do passado no Brasil.

Como objetivos específicos, o estudo propõe:

- discutir os principais conceitos relacionados à Arqueologia e à Antropologia Forense;
- apresentar métodos e técnicas forenses aplicadas à análise de remanescentes humanos em contextos arqueológicos;
- analisar como essas metodologias contribuem para a identificação e interpretação de traumas ósseos associados à violência.

2 METODOLOGIA

O presente estudo, trata-se de uma revisão de literatura, caracterizada como uma pesquisa de natureza qualitativa. A revisão bibliográfica objetivou reunir produções literárias com ênfase na aplicação de métodos da Antropologia Forense em contextos arqueológicos, enfatizando a análise de evidências de violência em populações indígenas brasileiras. Foram consultados artigos em periódicos indexados em bases como Scielo, BDTD e Google acadêmico com foco em Antropologia Forense e Arqueologia. A busca utilizou descritores como “Antropologia Forense”, “violência em populações indígenas brasileiras”, “traumas perimortem”, “análise arqueológica”, “tafonomia”, “Bioarqueologia”.

A análise dos materiais selecionados foi realizada por meio de leitura crítica e comparações das abordagens metodológicas utilizadas pelos autores, objetivando entender como os métodos da Antropologia Forense têm sido empregados na interpretação de traumas ósseos e na reconstituição de episódios de violência em contextos arqueológicos.

3 ANTROPOLOGIA FORENSE E ARQUEOLOGIA

3.1 ARQUEOLOGIA FORENSE: DEFINIÇÕES E APLICAÇÕES

A Arqueologia Forense é um ramo da Arqueologia, cuja orientação está centrada na análise e interpretação de sepulturas humanas, com base em contextos arqueológicos pré-históricos e históricos, com os resultantes de sepulturas tradicionais ou penais. Utiliza os métodos e técnicas da Arqueologia para resolver problemas forenses decorrentes da casualidade, nomeadamente, assassinatos, acidentes, desastres que ocorrem no presente, fora

além de utilizar métodos e técnicas da ciência forense para resolver problemas arqueológicos relacionados com violências e desastres passados (Santos, 2011).

Quanto à Antropologia Forense, é a análise dos dados bioantropológicos recuperados nos contextos colonial e pré-coloniais que permitem a obtenção da maioria das informações. De acordo com Burns (2007),

a Antropologia Forense utiliza o conhecimento científico da Antropologia Biológica e da Arqueologia, ajudando na identificação de corpos indígenas extraviados, executados e homicídios ocultos por muito tempo, tendo como principal objetivo as determinações de identidade do indivíduo (sexo, idade, estatura), determinação da morte (causa, data, modo) e a interpretação das circunstâncias da morte (Burns, 2007, p.26).

Outra conceituação para a Antropologia Forense na visão de Pickering e Bachman (2009), os autores dizem ser uma área da Antropologia Física que atua na identificação de ossos humanos ou de indivíduos em distintas fases decomposicionais, com objetivações legais e humanitárias. Atua interdisciplinarmente com profissionais de outras áreas como odontologia, patologia e Bioarqueologia.

Para Correia (2023), a Arqueologia e a Antropologia Forense podem ser conceituadas como a aplicação de conhecimentos e técnicas advindas da Arqueologia e da Antropologia Biológica em problemas com significância da medicina legal e/ou humanitária.

A palavra forense vem do latim *forum*, que significa "área pública" e onde os tribunais eram frequentemente realizados em Roma antiga. Ou seja, por terem uma forte ligação à área jurídica, estas profissões dedicam-se a investigação de crimes contra a humanidade e, portanto, a investigação da violência, seja origem política ou outra (Hunter, 2009; Ubelaker, 2006, 2018). A Arqueologia e a Antropologia Forense tradicionalmente lidam com buscas, escavação e análise de restos de esqueletos para ajudar na identificação de pessoas desconhecidas (na época) e/ou reconstrução de acontecimentos que levou à sua situação atual. Em particular, a Arqueologia Forense inclui procurando e desenterrando sepulturas em busca de restos mortais e a reconstrução do seu processo deposicional (Cunha, 2019; Souza, 2009).

Nesse sentido, vislumbrando o cenário brasileiro, a aplicação da Arqueologia e da Antropologia Forense em cenários que englobam a temática da violência política também tem contribuído para a investigação de violações de direitos humanos que se desenvolveram no

período da ditadura militar brasileira (1964-1985). Durante esse momento, órgãos de repressão como o Departamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo, foram responsáveis pela prisão, tortura e perseguição de pessoas opositores ao regime em questão. Estudos arqueológicos feitos em antigas instalações do DOI-CODI em São Paulo, buscaram analisar a materialidade relacionada a esses locais de repressão. Segundo Plens *et al.* (2005), a investigação arqueológica desses lugares permitiu identificar vestígios de materialidade associadas às práticas de prisões, repressão e violação dos direitos humanos, ajudando a reconstruir historicamente as experiências vivenciadas pelas vítimas da localidade.

Ainda de acordo com Plens *et al.* (2025), essas pesquisas mostram que os métodos forenses não se restringem à identificação biológica, como também possibilita a análise do contexto da violência.

A autora fala da importância da Antropologia Forense na exploração de traumas coletivos e nas violações de direitos humanos, destacando o potencial transformador dessa ciência na compreensão da história e sociedade (Plens *et al.*, 2025, p.10).

Além de auxiliar em contextos pré-coloniais, os métodos utilizados na Antropologia Forense auxiliam em questões que envolvem memória e justiça.

Segundo Plens (2026) a “Antropologia Forense surge como “uma disciplina multidimensional “que não só investiga crimes e desastres, mas que também desempenha um papel vital na reparação de injustiças e na preservação do patrimônio cultural em contextos desafiadores”(Plens, 2026, p.213).

Já na visão de Pereira e Pereira (2025), a Antropologia e a Arqueologia Forense devem ir além do rigor técnico necessitando que haja uma humanização dos remanescentes ósseos. Segundo os autores “a prática forense ao devolver a humanidade aos ossos, não deve se limitar à sua simples identificação, mas deve recuperar sua biografia e garantir a dignidade do falecido, restituindo-lhe o direito à memória, à identidade e à justiça”(Pereira; Pereira, 2025, p.15).

A Antropologia Forense, por outro lado, baseia-se em trabalhos científicos da Antropologia Biológica - Anteriormente chamada de Antropologia Física. Esta área examina a perspectiva dos humanos, seus ancestrais extintos e outros primatas, focando principalmente no estudo e interpretação da variabilidade natural da espécie humana – variação que pode ser aplicada no processo de identificação (Larsen, 2010). A Antropologia Forense inclui, portanto,

a análise de ossos e dentes para determinar os elementos do perfil biológico de um indivíduo, bem como uma análise tafonômica dos elementos (por exemplo, para avaliar o período post-mortem) e diagnóstico para detectar doenças e traumas, especialmente violência que esses indivíduos podem ter sofrido (Cunha, 2019; Souza, 2009).

Diante dessas abordagens conceituais da atuação da Antropologia Forense, vê-se que ambas disciplinas podem auxiliar no estudo de traumas em populações indígenas do passado no Brasil, ainda que estudos nessa área sejam pouco explorados no que se refere a conservação óssea em algumas regiões brasileiras. A aplicação de métodos da Antropologia Forense na análise de remanescentes ósseos pré-coloniais brasileiros faz-se necessária para compreender fatores causados por ação humana ou tafonômica.

3.2 MÉTODOS E TÉCNICAS FORENSES APLICADOS À ARQUEOLOGIA

A Arqueologia Forense usa métodos e técnicas para estudar ossos humanos, geralmente em investigações legais. Entretanto, esses mesmos procedimentos também estão sendo usados na Arqueologia porque ajudam a identificar traumas, tipos de lesões e sinais de violência em pessoas que viveram no passado.

Faz-se necessário que o antropólogo forense e demais profissionais desta área, realizem a identificação, determinem o grupo étnico, estatura, sinais pessoais, patologias, todo elemento passível de identificação do indivíduo (MENDONÇA e COSTA, 1994).

Silva *et al.* (2012) indica que as técnicas se resumem na localização, escavação, sistêmica, evidenciação da área, registro, análise laboratorial dos restos ósseos e dentários para identificar a pessoa aplicando métodos da Arqueologia Forense e Arqueologia da Morte.

Esses métodos e técnicas utilizados pela Antropologia Forense se aplicam aos esqueletos humanos em distintas formas de conservação, desde ossos esqueléticos inteiros à carbonizadas ou vítimas de crimes. A partir do método de osteometria e observações morfológicas se obtém a identificação pessoal e causa da morte (AZEVEDO, 2008).

Assim como nas interpretações de inumações e cenas de um crime, é essencial que se compreenda as práticas de trato funerário e quais processos tafonômicos podem ser observados no material osteológico, de modo que a aplicabilidade dos métodos bioarqueológicos se faz em estudos socioculturais nas sepulturas, bem como para ocasiões forenses (SOUZA, 2004).

Segundo Mendonça de Souza (2009), as possibilidades de análise na Arqueologia vão muito além dos ossos, porque onde passamos deixamos nossa marca, por isso, a Arqueologia Forense aprofunda as técnicas e os métodos da Arqueologia, tornando os arqueólogos e bioarqueólogos capazes de verem o invisível nos ossos, nos dentes, no solo e no contexto geral.

Tanto os métodos da Arqueologia Forense quanto da Antropologia Forense podem ser aplicados em distintos contextos, casos de investigação de crime, desastres naturais, fatalidades em massa e identificação de vítimas de violência.

Esses métodos ajudam a diferenciar fraturas acidentais versus violentas. De acordo com Lessa (2003), fraturas com localização na região distal e proximal do rádio e no escafóide, estão relacionadas a acidentes com tentativa de sustentar e proteger o corpo no momento da queda. Nos casos de violência, Lessa (1999) diz que as fraturas podem ser causadas por variadas motivações e manifestações, pois estão ligadas as práticas culturais de cada grupo. A autora acrescenta que essas disputas podem ser territoriais, controle grupal, roubo alimentar, prestígio, entre outras causas.

4 VIOLÊNCIA EM POPULAÇÕES INDÍGENAS DO PASSADO NO BRASIL

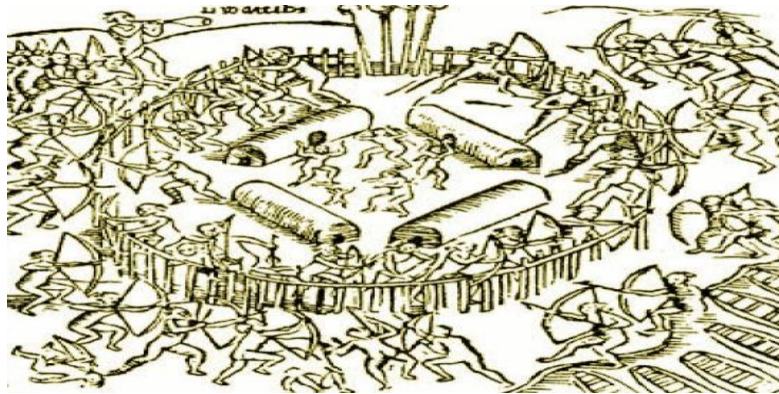
A abordagem bioarqueológica ao trauma tenta, a partir do estudo biocultural dos remanescentes humanos (Roberts, 2000; Magno, 2022), relacionar as evidências físicas do trauma preservadas no material osteológico com os possíveis agentes causadores ou ações que naquele tipo de sociedade possam se encaixar no diagnóstico distinto de como ocorreu o incidente com o indivíduo, se por acidente, dano ocupacional, ou violência. Neste último cenário, o estudo populacional do trauma pode oferecer informações sobre o tipo de ato violento, se intragrupo (ex: violência interpessoal ou abuso doméstico), ou violência intergrupo ou estatal (atos de guerra). Indivíduos com diversos traumas com cicatrizações em variados níveis também podem demonstrar abuso diário ao longo da vida (traumas repetitivos em diferentes partes do esqueleto, por ex) ou sobrevivência a episódios configurados como torturantes (Harrod *et al.*, 2012).

Considerando esses contextos diversos, Lessa (1999), diz que esses episódios de violência podem apresentar diferentes motivações e manifestações por estarem ligados às práticas culturais de cada grupo. Podem estar relacionados à disputa por maior influência dentro do grupo, a controle do território conforme observado na figura ilustrativa 1, roubo de alimentos

e de matéria-prima dentro do grupo, demonstração de força e prestígio, modificações climáticas e brigas domésticas.

A disputa por território é um dos fatores frequentemente associados a episódios de violência entre sociedades humanas. Conflitos deste tipo podem envolver confrontos diretos entre indivíduos com relação a disputa por recursos ou áreas de ocupação,

Figura 1 – Combate entre indígenas



Fonte: Tok de História (2014).

Lessa (2004) cita que, para inferir o comportamento violento na pré-história, são usados estudos etnográficos; registro iconográfico onde se podem analisar cenas de lutas e batalhas em pinturas rupestres; no registro arqueológico através de conflitos e suas estruturas defensivas: trincheiras, fortificações, achados de armas bem como pelo registro osteológico: golpes e demais agressões físicas conforme demonstrado na figura 2.

Figura 2 - Figuras rupestres possivelmente representando cenas de conflitos



Fonte: Etchevarne (2009:25).

Lino *et al.*(2013) indica que quando os europeus chegaram à América, grande parte dos povos indígenas estavam em conflito com seus inimigos. “A América indígena configurava o conflito como um elemento inerente aos aspectos sócio -culturais destes povos”(Lino *et al.*,2013,p.23). Ainda segundo Lino *et al.*(2013), os dados arqueológicos disponíveis não comprovam seguramente a existência de artefatos vinculados a práticas de guerra ou violência. Entretanto, a diversidade de pontas de projétil produzidas em material lítico pode ser apontado como provável indício de uso de armas em batalhas intergrupais (Lino *et al.*, 2013).

Para Lessa (2004, p.281), consideram-se, no enfoque paleoepidemiológico, os traumas provocados intencionalmente por meio de agressão física. Neste sentido, têm-se: depressões e fraturas nos ossos do crânio, fraturas de “Pary”. Portanto, a presença de ponta de projétil encravados nos ossos são sinais indicadores de ações violentas no material osteológico (Lovell,1997). Ainda, “apesar de pouco comum no registro arqueológico, também são considerados sinais de violência os traumas provocados por decapitação, escalão, canibalismo e desmembramento” (Lessa e Medeiros, 2001:81).

Em casos onde há a hipótese de guerras no período pré-colonial, tem-se de verificar os dados em seu contexto, pois muitos grupos são motivados a manifestar a violência por práticas

culturais de cada grupo, seja entre eles ou mesmo entre grupos, podendo estar associadas à disputa por poder, território e matéria-prima (Lessa, 1999), além dos aspectos culturais ligados a cada grupo.

Pesquisas realizadas na região do Baixo São Francisco, especialmente nos locais em que se concentram os sítios Justino (SE) e São José II (AL), evidenciaram de acordo com Santana (2013), que a violência pode se apresentar de maneira abrangente acoplada aos rituais funerários. As análises no esqueleto 24 do local São José II (AL), onde o mesmo possuía uma forma de sepultamento híbrido e a ausência da primeira vértebra lombar, indicando assim, que o indivíduo foi cortado ao meio em circunstância próxima da morte, demonstraram a possibilidade de sacrifícios humanos ou intervenções deliberadas que vão além dos conflitos interpessoais habituais (Santana, 2013, p.87).

5 ARQUEOLOGIA DA VIOLÊNCIA E AS CARACTERÍSTICAS DAS FRATURAS ÓSSEAS

Apesar de a violência ser um tema amplamente discutido nos dias de hoje, é um fenômeno presente desde os primórdios da humanidade, sendo um aspecto intrínseco à vida em comunidade e, portanto, objeto de interesse para antropólogos, arqueólogos e, principalmente, bioarqueólogos (Lessa, 2004). Nos últimos vinte anos, bioarqueólogos e antropólogos norte-americanos, impulsionados pela discussão sobre o tema, passaram a investigar questões relacionadas à violência em sociedades do passado, estimulando assim o avanço de pesquisas em diversas regiões do mundo. No Brasil, os primeiros grupos a terem seus dados bioarqueológicos analisados sob essa perspectiva foram as populações construtoras de sambaquis e os grupos de pescadores-coletores, por Lessa e Medeiros (2001) e Lessa (2005), respectivamente (Lessa, 2008).

A Bioarqueologia consiste no estudo dos vestígios ósseos humanos provenientes de contextos arqueológicos, buscando estabelecer uma relação entre a biologia humana e o ambiente cultural. Os registros bioarqueológicos são fontes significativas de informações que possibilitam compreender as motivações e consequências da violência (Larsen & Walker, 2010). No entanto, conforme apontado por Bennike (2008), a presença de lesões traumáticas não é a única evidência disponível, pois todo o contexto em que os esqueletos são encontrados, incluindo a presença de armas e outros artefatos, pode fornecer indícios sobre o que ocorreu.

Segundo Santana e Carvalho (2013), a análise das fraturas ocasionadas por bioturbação é muito importante tanto para a Arqueologia quanto para a área forense, pois compreender os fatores determinantes desses agentes é fundamental para que não se interprete equivocadamente, marcas naturais das causadas possivelmente por violência interpessoal.

De acordo com Lovell (1997), os tipos de fraturas e suas características podem ser classificadas como: penetrante, transversa, oblíqua, espiralada, cominutiva, esmagamento (depressão, compressão, pressão), greentick (galho verde).

Penetrante - penetração parcial ou total no osso cortical. São tipicamente causados pela aplicação de uma grande força em uma pequena área, podem ser causados por mecanismos tais como, ponta de projétil, lâmina de machado, espada e bala de projétil.

Transversa - linha perpendicular ao eixo longitudinal do osso. São causadas por uma força relativamente pequena aplicada em uma pequena área.

Oblíqua - O ângulo de linha através do eixo longitudinal indica uma combinação entre as forças de angulação e rotação. Pode ser confundida com a fratura em espiral.

Espiralada - Linha vertical em torno do eixo do osso longo devido ao esforço da carga de rotação para baixo em relação ao eixo longitudinal. Pode ser confundida com a fratura oblíqua.

Cominutiva - O osso é quebrado em mais de duas partes.

Esmagamento: Depressão - Força de esmagamento em um lado do osso;

Compressão - Força de esmagamento em ambos os lados do osso;

Pressão - É resultado da resposta do osso a aplicação de força direta durante o seu desenvolvimento. São alterações ósseas geralmente de ordem cultural que estão relacionadas ao embelezamento.

Greenstick (galho verde) - são caracterizadas por uma fratura incompleta envolvendo apenas o lado convexo de um osso que foi submetido a tensão de flexão; comum em crianças por apresentarem ossos flexíveis.

É importante a identificação do mecanismo que causou a lesão, assim como a localização anatômica, o tipo de fratura e se ocorreu antes, pouco antes ou imediatamente após a morte, fornecendo informações sobre as atividades laborais e a integração ao ambiente. consequências, atos violentos e acidentes e aspectos médicos sociais. Portanto, de acordo com as observações de Adams (1980), Lovell (1997), Krenzer (2005) e Rodríguez-Martín (2006), as etiologias das fraturas podem ser divididas em três grupos: Fraturas causadas por fadiga ou estresse, fraturas causadas por condições médicas e fraturas causadas apenas por trauma.

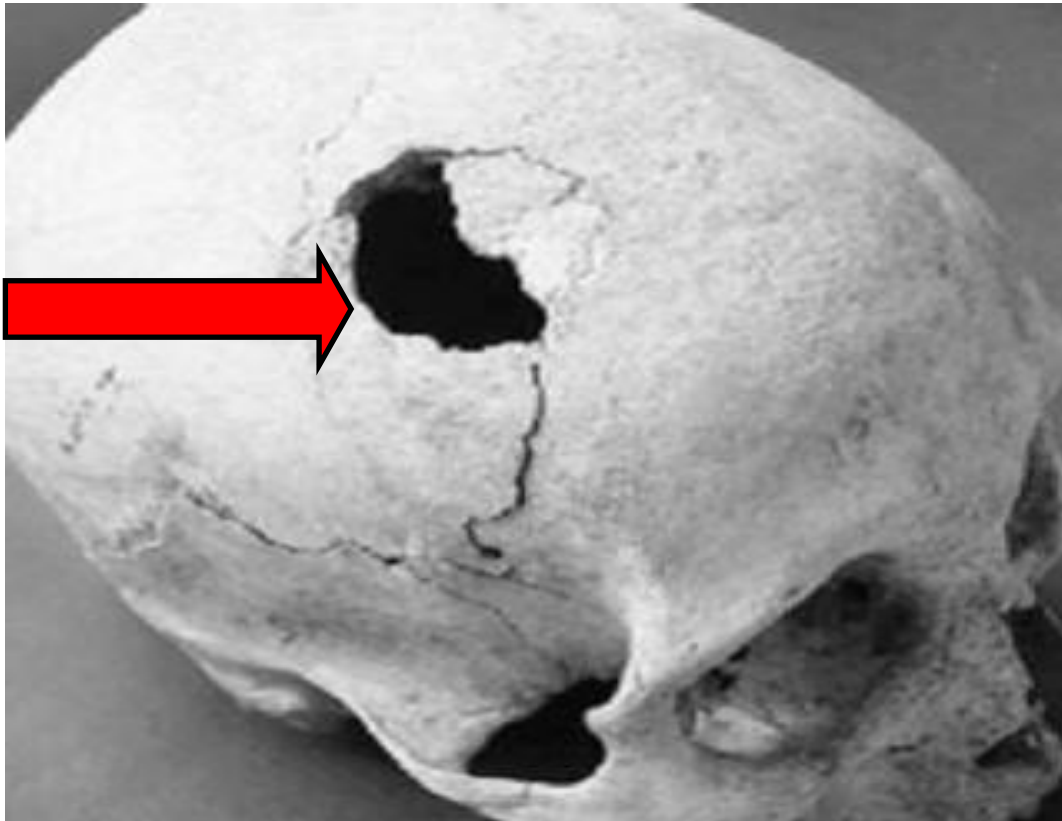
As fraturas induzidas por fadiga e estresse ocorrem em ossos aparentemente normais e são causadas por pequenos movimentos ou traumas repetidos que afetam gradualmente o osso. A principal característica distintiva diz respeito à orientação da falha biológica a aproximadamente perpendicular ao eixo longitudinal. Geralmente ocorre na coluna, extremidades inferiores e superiores e está associada a atividades diárias como trabalho, mas pode ser confundida com lesões traumáticas diretas.

É de extrema importância estabelecer a distinção entre os tipos de fraturas, na compreensão de episódios de violência interpessoal, através das alterações ósseas causadas por processos tafonômicos. Segundo Cunha e Pinheiro (2006), as fraturas antemortem ocorrem durante a vida do indivíduo. As fraturas perimortem (Figura 3), ocorrem no momento da morte ou próxima a ela. Ainda segundo Cunha e Pinheiro (2006), as fraturas perimortem são melhores aproveitadas enquanto diagnóstico de violência interpessoal, pois geralmente estão associadas a traumas letais. Por último estão as chamadas fraturas postmortem que são as que ocorrem após a morte do indivíduo, já quando o osso se encontra seco. Alguns processos tafonômicos (animais, plantas, sedimentos) também podem ajudar na quebra óssea e com isso acarretar em interpretações divergentes de violência no contexto estudado.

As lesões perimortais são muito mais comuns em ossos cranianos do que em qualquer outro osso. Cunha e Pinheiro (2005) dizem que “pela sua função, uma contusão grave no crânio tem uma letalidade superior às demais” (Cunha; Pinheiro, 2005, p.231).

A figura abaixo (figura 3), revela uma fratura craniana perimortem em um indivíduo do sexo masculino. Amostra esquelética proveniente do Sítio Praia da Tapera (SC).

Figura 3 - Crânio de um indivíduo do sexo masculino. Apresenta fratura perimortem.



Fonte: Adaptado de Lessa (2005).

Conforme Ortner e Putschar (1981), grande parte das fraturas no crânio, encontradas em contextos de escavações arqueológicas, está ligada a atos de violência. Estudos com populações indígenas da América do Norte mostram que tanto grupos que cultivam a terra quanto aqueles que caçam e coletam podem ter uma grande incidência de fraturas nos ossos. No entanto, ao mudar o modo de vida, especialmente quando se passa de uma economia baseada na caça e coleta para a agricultura, nota-se em alguns casos, um aumento na frequência de traumas, que pode estar relacionado a mudanças sociais e disputas por recursos. Por outro lado, pesquisas sugerem que sociedades que já estão condicionadas a padrões mais sedentários podem ter menos ocorrência a certos tipos de traumas(Steinbock, 1976).

Embora essas pesquisas estejam direcionadas a contextos arqueológicos de outras localidades, elas são constantemente utilizadas como referência metodológica para a interpretação de lesões nos ossos em pesquisas bioarqueológicas desenvolvidas em distintas esferas mundiais, incluindo o Brasil. Nesse sentido, tais contribuições ajudam no entendimento

dos padrões traumáticos e na interpretação de prováveis evidências de violência em sociedades humanas pretéritas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo avaliar como a aplicação de métodos da Antropologia Forense pode auxiliar a Arqueologia nas análises de violência em indivíduos pré-coloniais brasileiros. A partir da revisão bibliográfica, constatou-se que a colaboração entre essas disciplinas representa uma peça fundamental nas interpretações dos vestígios ósseos, principalmente em contextos nos quais há registro de violência interpessoal.

A análise da literatura revisada mostrou que a diferenciação entre fraturas antemortem, perimortem e postmortem são bases fundamentais da Antropologia Forense sobre a Arqueologia. Classificação esta que ajuda a distinguir lesões violentas causadas em vida ou no momento da morte por ação dos fatores tafonômicos, evitando assim, interpretações errôneas que induzam ou não, presença ou ausência de violência no registro arqueológico.

Além disso, a junção entre Arqueologia e Antropologia Forense possibilita expandir a interpretação dos vestígios humanos, contribuindo para o entendimento dos aspectos relacionados às dinâmicas sociais, aos possíveis embates e às condições vitais de populações do passado. Dessa forma, os métodos forenses aplicados em contextos arqueológicos se mostram mecanismos importantes para a análise de traumas ósseos e para o entendimento de questões relacionadas à violência em distintos contextos históricos e culturais.

No entanto, denota-se que identificar registros violentos em contextos arqueológicos brasileiros, apresenta limitações nas análises como consequência das más condições ambientais e preservação dos remanescentes humanos em solo nacional. Com isso, deve-se inferir com cuidado as análises viabilizando os processos tafonômicos e a conservação do material analisado.

Assim, conclui-se que a aplicação de métodos da Antropologia Forense abrange variadas possibilidades interpretativas da Arqueologia na análise de registros ósseos em casos de violência em populações pré-coloniais brasileiras e em casos atuais em que envolvem memória e justiça social. A sugestão é que pesquisas futuras ampliem os estudos em regiões diversas em solo brasileiro, para que se possa haver uma maior compreensão das atividades violentas no período pré-colonial no Brasil.

Por fim, faz-se necessário destacar que futuras pesquisas podem ampliar a aplicação dessas abordagens metodológicas em distintas partes do território brasileiro, contribuindo para o aprofundamento dos estudos acerca da Violência em contextos arqueológicos e reforçando o diálogo entre as disciplinas Arqueologia, Bioarqueologia e Antropologia Forense.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, J.M.C.A., **A eficácia dos métodos de diagnose sexual em Antropologia Forense**, Universidade de Lisboa, Faculdade de Medicina, 2008.
- BENNIKE, P. Trauma. In: PINHAS, R.; SIMON M. (eds). **Avances Human paleopathology**. Wiley: 309-328. 2008.
- BURNS, K. R. **Manual de Antropología Forense**. Barcelona: Bellaterra, 2007.
- CORREIA, Maria Ana. **Arqueologia e Antropologia Forense em Contextos de Violência Política**. Revista de Arqueologia – SAB: v.36 ,n.. 2, maio – agosto, 2023.
- CUNHA, E. ; PINHEIRO, J. A linguagem das fracturas: a perspectiva da Antropologia Forense. **Antropologia Portuguesa**, Universidade de Coimbra, v.22, n. 23, p. 223-243, 2006.
- CUNHA, E. Devolvendo a identidade: a Antropologia Forense no Brasil. **Ciência e Cultura**, v. 71, n. 2, p. 30-34, 2019.
- ETCHEVARNE, C.. **Novas imagens sobre as particularidades das expressões gráficas rupestres da tradição nordeste, em Morro do Chapéu, Bahia**. In: Fundamentos. São Raimundo Nonato: FUMDHAM - Fundação Museu do Homem Americano. - ISSN 0104-351X. – n. 9, v. 2, p. 19-32, 2010.
- HARROD, R.P.; LIÉNARD, P.; MARTIN, D. **Deciphering Violence in Past Societies: Ethnography and the Interpretation of Archaeological Populations**. In: MARTIN, D.; HARROD, R. P.; PÉREZ, Ventura R. (Org.) **The Bioarchaeology of Violence Bioarchaeological Interpretations of the Human Past: Local, Regional, and Global Perspectives** University Press of Florida, p. 63-82, 2012.
- HUNTER, J. Forensic Archaeology. In: CARVALHO, A. V. et al.(org.). **Arqueologia, Direito e Democracia**. Erechim: **Habilis**, p. 91-102, 2009.
- KRENZER, U. **Compendio de métodos antropológico forenses para la reconstrucción el perfil osteo-biológico**. Tomo VIII, Traumas y Paleopatología. CAFCA – Centro de Analisis Forenses y Ciencias Aplicadas. Guatemala, 2005.
- LARSEN, C. S. **A Companion to biological Anthropology**. Oxford (GB): Blackwell Publishing, 2010.
- LESSA, A. Paleoepidemiologia dos traumatismos cotidianos em Solcor 3, San Pedro de Atacama, Chile: riscos diferenciados no período Tiwanaku? **Antropologia Portuguesa**. 20/21. 183-207, 2003
- LESSA, A. **Reflexões preliminares sobre paleoepidemiologia da violência em grupos ceramistas litorâneos:(I) Sítio Praia da Tapera–SC**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, n. 15–16: 199–207, 2005.
- LESSA, A. **Estudo de Lesões traumáticas agudas como indicadores de tensão social na população do sítio-cemitério Solcor-3, San Pedro de Atacama, Chile**. 85f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Curso de Mestrado em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública – Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro. 1999.

LESSA, A. Arqueologia da agressividade humana: a violência sob uma perspectiva paleoepidemiológica. In **História, Ciências, Saúde** — Manguinhos, v.11,n.2,p.279-96, maio-ago. 2004.

LESSA, A.; MEDEIROS, J.C.de. Reflexões preliminares sobre a questão da violência em populações construtoras de sambaquis: análise dos sítios Cabeçuda (SC) e Arapuã (RJ). In **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia – USP**, 11: 77-93. 2001.

LINO, J.T.; SANTANA, E.A.; SILVA, J.A.; SILVA, E.R. Guerra, conflito e violência na Pré-história brasileira. In: Jailson Teixeira Lino; Pedro Paulo Funari.(org.). **Arqueologia da Guerra e do conflito**. 1ed. Erechim: Habilis Editora Ltda, v.1, p.23-42, 2013.

LOVELL, N. **Trauma analyses in paleopathology**. In Yearbook of Physical Anthropology. New York, 40:139-70. 1997.

MAGNO, G. **Biocultural Study of Ante Mortem Fractures in the Lisbon Collection of Identified Skeletons**. 2022. 229 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – ISCSP, Universidade de Lisboa, Lisboa, PT, 2022. Disponível em: https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/25554/1/PHD_GiovanniMagno.pdf

MENDONÇA, M.C; COSTA, J. P. **Antropologia Forense, Revista Arquivos da Medicina**, nº8, vol.6:405-412, Edição AEFMUP, Cidade do Porto, Portugal. 1994

MENDONÇA de S., S. M. F. A. **Bioarqueologia e Antropologia Forense**. In: Encontro de Arqueologia de Mato Grosso do Sul, 1, Mato Grosso, Anais, Mato Grosso: MUARQ, 2009.

ORTNER, D. J.; PUTSCHAR, W. G. **Identification of Pathological Conditions in Human Skeletal Remains**. Washington: Smithsonian Contributions to Anthropology, 28. 1981.

PEREIRA, V. da S. D., & Pereira, A. R. G. . Humanidade em fragmentos: reflexões na prática da antropologia forense e a descoisificação do corpo humano. **Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)**, 34(1), e234784, 2025. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v34i1pe234784>. https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/pt_BR/article/view/234784. Acesso em 12 Fevereiro de 2026.

PICKERING, R.; BACHMAN, D. **The Use of Forensic Anthropology**. Taylor and Francis, 2009. Disponível em: https://books.google.com.br/bookshl=ptBR&lr=&id=V0JheWC85h4C&oi=fnd&pg=PP1&dq=info:iwTkPMEMkJ:scholar.google.com/&ots=PVkezGmfB&sig=ixkKPxP2I05yq8ch3OGOSRU-4Oc&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em 25 de Janeiro de 2026.

PLENS, C.R.A. Arqueologia Forense no Brasil: Interdisciplinaridade e sua relevância legal e humanitária. **Vestígios** -Revista Latino Americana de Arqueologia Histórica, vol.20,nº1, pág.208-222, Jan-Jun, 2026.

PLENS, C. R., Tognoli, A., Zarankin, A., Carvalho, A., Neves, D., Lima, F., & Oksman, S. DOI-Codi-SP Vestígios do Tempo no Cárcere: arqueologia no maior centro urbano de tortura da ditadura militar brasileira, o DOI-CODI-SP. **Revista de Arqueologia**, 38(1), 3-30. DOI: 10.24885/sab.v38i1.1214. 2025.

ROBERTS, C. **Fracture in Biocultural Perspective: Past, Present and Future Work in Britain**. In: COX, M; MAYS, S. (Org.) Human osteology: in archaeology and forensic Science. London: Cambridge University Press, p. 337-357, 2000.

RODRÍGUES-MARTÍN, C. **Identification and differential diagnosis of traumatic lesions of the skeleton**. In: SCHIMITT, A.; CUNHA, E.; PINHEIRO, J. (eds). *Forensic Anthropology and Medicine: complementary sciences from recovery to cause of death*. Tottowa, Human Press: 197-221, 2006.

SANTANA, E. A. **Enterros Desviantes no Registro Arqueológico: Identificação de Deposições Humanas Atípicas e sua Possível Correlação com Evidências Sinalizadoras de Violência**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2013.

SANTANA, E.A.; CARVALHO, O.A. Fraturas nos ossos: violência, acidente ou bioturbação?. **Cadernos do LEEPAARQ**(UFPEL), v.10, p.131-157, 2013.

SANTOS, A. B. Estudos arqueológicos a serviço de contextos criminais: Arqueologia forense. **História e História**, v. 4, p.43, 2011.

SILVA, S. F. S. M. et. al. "Estudo de problemas preliminares vinculados à existência da arqueologia forense e antropologia forense no Brasil". **Clio Arqueológica**, v. 27, n. 1, 2012.

SOUZA, S. M. F. **Bioarqueologia e Antropologia Forense**. Comunicação escrita- I Encontro. 2009. de Arqueologia de Mato Grosso do Sul. Arqueologia Histórica de Mato Grosso do Sul.

SOUZA, S.M. F. M. de. Bioarqueologia e Antropologia Forense. Albuquerque: **revista de história**, v. 1, n. 2, 2009.

STEINBOCK, R. T. **Paleopathological diagnosis and interpretation: bone disease in ancient human populations**. Springfield: Chaves C. Thomas, 423 p., 1976.

UBELAKER, D.H. **Introduction to Forensic Anthropology**. In: SCHMITT, A.; CUNHA, E.; PINHEIRO, J. (ed.). *Forensic Anthropology and Medicine: complementary sciences from recovery to cause of death*. Tottowa (US): Humana Press, pp. 3-12. 2006.

UBELAKER, D. H. A history of forensic anthropology. **American Journal of Physical Anthropology**, v. 165, n. 4, p. 915-923, 2018.

Fonte da foto 1:

<https://tokdehistoria.com.br/wp-content/uploads/2014/10/combate-entre-indc3adgenas-de-acordo-com-hans-staden.jpg>. Acesso em: 09 de Agosto de 2025.